

A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA NO ÂMBITO DAS ALTERNATIVAS PENAIS: UMA ABORDAGEM HUMANIZADA NA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

PROMOTING HUMAN DIGNITY IN THE CONTEXT OF PENAL ALTERNATIVES: A HUMANIZED APPROACH OF ELECTRONIC MONITORING

Submetido em: 27/02/2024 - **Aceito em:** 03/10/2024.

JULIANA CARNEIRO BOTELHO¹

LILIANE LEPPAUS ARMELÃO²

RESUMO

Este relato de experiência descreve a inserção de uma abordagem humanizada na monitoração eletrônica de pessoas, por meio do Projeto Liberdade Restaurativa, desenvolvido no Sistema Penitenciário do Espírito Santo. O projeto consiste no acompanhamento psicossocial antes e depois da instalação do equipamento de monitoração eletrônica. No acompanhamento prévio, os monitorados recebem orientações sobre o funcionamento do equipamento e as regras do regime. Posteriormente, são realizadas atividades em grupo para mitigar impactos da reclusão e enfrentar os desafios do retorno ao convívio social. Os resultados indicam maior retenção no regime e significativa participação nas etapas do projeto, com redução no retorno de regressão ao regime anterior.

Palavras-chave: Alternativas Penais. Monitoração Eletrônica. Acompanhamento Psicossocial.

ABSTRACT

This report describes the insertion of a humanized approach in the electronic monitoring of people, through the Restorative Freedom Project, developed in the Espírito Santo Penitentiary System. The project consists of psychosocial support before and after the installation of the electronic ankle bracelet. During prior monitoring, those being monitored receive guidance on how the equipment works and the rules of the regime. Subsequently, group activities are carried out to mitigate the impacts of confinement and face the challenges of returning to social life. The results indicate greater retention in the regime and significant participation in the project stages, with a reduction in the return of regression to the previous regime.

Keywords: Penal Alternatives. Electronic Monitoring. Psychosocial Support.

INTRODUÇÃO

Este relato trata da introdução de metodologias sociais inovadoras no âmbito da monitoração eletrônica no Espírito Santo, por meio do Projeto Liberdade Restaurativa, desenvolvido pela Vara de Execuções Penais de Vila Velha. Essas metodologias compreenderam, basicamente, na promoção

1 Graduação em Serviço Social. Mestrado em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável. Atua como Analista do Executivo com formação em Serviço Social. **E-MAIL:** juliana.botelho@sejus.es.gov.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0001-2912-2162>.

2 Graduação em Administração. Especialização em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional. **E-MAIL:** lilliane.armelao@sejus.es.gov.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-5692-213X>.

da interação entre os monitorados e a equipe psicossocial de forma lúdica. A proposta envolveu a realização de atendimentos individuais e grupos reflexivos, possibilitando a construção de novas narrativas, diferentes daquelas habitualmente construídas nos contextos carcerários.

Davis (2018), em consonância com outros ativistas anti-prisionais, conclamam a necessidade de superar a produção de pobreza e violência por meio das prisões. A autora aponta a obsolescência dessas instituições, destacando a urgência de superação desse modelo de organização social.

Nesse contexto, a monitoração eletrônica de pessoas surge como uma possível alternativa ao aprisionamento, oferecendo um meio de controle e supervisão que visa reduzir a dependência das prisões tradicionais e minimizar os impactos negativos associados ao encarceramento.

Alguns desses impactos do aprisionamento foram mencionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na elaboração da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressa do Sistema Prisional (Brasil, 2020). O CNJ destaca fatores como a fragilidade nos vínculos familiares e comunitários, as dificuldades relacionadas ao trabalho e à moradia, o enfrentamento de preconceitos devido aos antecedentes criminais ou ao uso do equipamento de monitoração, os impactos cognitivos, a defasagem informacional no acesso à justiça; os problemas de saúde, entre outros.

Ainda de acordo com a política supracitada, diante dos fatores deletérios da prisão, deve-se promover uma rede de Centrais de Monitoração Eletrônica, Alternativas Penais e Serviços de Atenção à Pessoa Custodiada, que absorva o público-alvo da política de alternativas penais, poupando-os da exposição desnecessária ao contexto do cárcere.

Inicialmente, faz-se necessário contextualizar o conceito de alternativas penais, compreendendo sua natureza e função no contexto legal. As alternativas penais surgem como uma resposta ao paradigma punitivo tradicional, buscando soluções que considerem não apenas a infração cometida, mas também as circunstâncias pessoais e sociais do infrator, visando reestruturar as relações e promover uma cultura de paz, por meio da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade.

A abordagem humanizada no âmbito da monitoração eletrônica implica a consideração das peculiaridades de cada pessoa, contribuindo para a valorização de sua dignidade humana. Nesse sentido, urge a necessidade de implementação de uma abordagem na qual a relação dos profissionais com os monitorados supere uma dinâmica autoritária de poder, evitando atendimentos superficiais e ineficazes na produção de novas subjetividades.

É fundamental que as instâncias jurídicas e a sociedade como um todo se comprometam com a adoção de práticas que resguardem a dignidade do indivíduo, garantindo um ambiente jurídico inclusivo.

No âmbito da monitoração eletrônica no Espírito Santo, a Vara de Execuções Penais de Vila Velha, desde 2017, vem concedendo o regime semiaberto harmonizado. Nesse regime, as pessoas permanecem em suas casas sob monitoração eletrônica, em vez de pernoitar nas unidades prisionais, já que, em ambos os casos, passam o dia no trabalho. Essa iniciativa surgiu devido à superlotação das unidades prisionais, conforme determina a jurisprudência dos tribunais superiores.

No início dessa iniciativa, observaram-se alguns desafios na execução da monitoração eletrônica, com as pessoas que encontravam dificuldades no manuseio do equipamento, nas regras da monitoração, além de relatarem problemas no retorno convívio familiar e comunitário.

Devido às dificuldades mencionadas e à ausência de um acompanhamento psicossocial adequado, alguns monitorados acabavam descumprindo as condições impostas ou, em alguns casos, cometendo novos crimes, o que resultava no retorno aos regimes prisionais de onde haviam sido liberados para a monitoração eletrônica.

Com o objetivo de superar esses problemas, o juízo da Vara de Execuções Penais de Vila Velha desenvolveu o projeto Liberdade Restaurativa. Esse projeto visa a integração social por meio da promoção de um acompanhamento psicossocial antes e após a instalação do equipamento de monitoração. O acompanhamento é realizado por meio de atendimentos individuais e da inserção em grupos reflexivos, que serão detalhados no decorrer do relato.

O projeto, entre outras áreas de atuação, busca desenvolver nas pessoas atendidas a sensação de pertencimento a um grupo, a superação de desafios e o apoio para o enfrentar possíveis obstáculos advindos da utilização do equipamento de monitoração, constituindo-se em um importante instrumento de valorização humana.

No período que antecede a instalação do equipamento, as pessoas em privação de liberdade participam de grupos dentro das unidades prisionais, conduzidos por equipes multidisciplinares da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo (SEJUS). Essa preparação tem como objetivo facilitar o retorno ao convívio em liberdade, explicar o funcionamento do equipamento e informar que, ao receber o equipamento, deverão comparecer aos grupos reflexivos promovidos pela equipe multidisciplinar da SEJUS.

Nesses grupos, a equipe introduziu técnicas de justiça restaurativa, comunicação não violenta, meditação, contemplação de imagens, dinâmicas e jogos, pautados numa abordagem que facilitou a promoção do vínculo entre os

participantes e também com as profissionais. Essas técnicas contribuíram para as intervenções e construção de novas subjetividades, desvinculadas daquelas associadas ao contexto do cárcere. Além disso os encontros possibilitaram a discussão de questões relacionadas a gênero e raça.

Dessa forma, o presente relato de experiência descreve como os encontros foram desenvolvidos, as atividades realizadas e o percurso seguido pela equipe multidisciplinar no planejamento e execução das técnicas mencionadas. Serão detalhados os métodos adotados, os desafios enfrentados ao longo do processo e as estratégias desenvolvidas pela equipe para lidar com as diferentes demandas, tanto no âmbito psicossocial quanto nas questões operacionais.

Adicionalmente, será abordado o impacto do uso dessas técnicas no processo de reintegração social e como o trabalho conjunto entre profissionais de diversas áreas contribuiu para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes na promoção de novas subjetividades, diferentes das associadas ao cárcere.

1. O PROJETO LIBERDADE RESTAURATIVA

Freire (1974, p.75) demarca que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Essa demarcação teórica, no âmbito da educação popular, reflete os esforços que fundamentaram a construção dos encontros com as pessoas atendidas pelo Projeto Liberdade Restaurativa.

De acordo com Pimenta (2018), a instalação do equipamento de monitoração sem o devido acompanhamento psicossocial anterior e posterior é pouco eficiente, aumentando significativamente o risco de ocorrências e o descumprimento de diversos critérios da determinação judicial específica para cada monitorado. Segundo a autora, um acompanhamento profissional que promova a escuta qualificada, a instrução adequada e a vinculação do monitorado a um grupo promove benefícios que contribuem para a boa execução da pena e para a prevenção de ocorrências e reincidências.

No Projeto Liberdade Restaurativa, os monitorados são acompanhados por equipe multidisciplinar das áreas de psicologia e serviço social.

Para a inclusão no projeto, são selecionadas as pessoas em privação de liberdade que estejam no período de progressão de regime ou livramento condicional a vencer no período de 06 a 12 meses. Não são incluídos no projeto os apenados que respondem por crime contra a dignidade sexual. Caso o interno tenha sido condenado por crime hediondo, exceto por tráfico de drogas, deve ser comprovado que ele exerce trabalho externo há mais de 06 meses em uma empresa conveniada com a SEJUS. Se o preso tiver mais de 20 anos, deve ter se submetido a exame criminológico, já ter exercido trabalho

externo ou ter gozado de saída temporária. Também não são contemplados internos que possuam outras ações penais em andamento, mesmo que estejam respondendo em liberdade, uma vez que a ideia do projeto é evitar o retorno ao sistema prisional. Por fim, os beneficiados não podem ter cometido falta grave nos últimos 12 meses, incluindo aquelas que ainda estão sendo apuradas por Processo Administrativo (PAD) e pendentes de análise judicial.

1.1 O período pré-instalação do equipamento

No período que antecede a instalação do equipamento, as pessoas passam por atendimento da equipe multidisciplinar da unidade prisional, que verifica adicionais além dos já mencionados. Isso inclui o contato com a família para avaliar a possibilidade de apoio material e subjetivo para a execução da monitoração. Em outras palavras, verifica-se se há condições adequadas para carregamento do equipamento, se a pessoa terá um local apropriado para residir, entre outros aspectos.

Além dessa abordagem da equipe da unidade prisional, a equipe multidisciplinar responsável pelo acompanhamento das pessoas em monitoração realiza encontros nas unidades prisionais para promover grupos reflexivos com as pessoas que receberão o equipamento. Nesse momento, são esclarecidas eventuais dúvidas, fornecidas instruções sobre o uso do equipamento e apresentada a agenda para realização dos encontros após a instalação.

A Figura 1 ilustra um desses encontros que precedem a instalação dos dispositivos de monitoração.

Figura 1: Reunião com internos que antecede à instalação do equipamento de monitoração



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Além de esclarecer dúvidas, os encontros têm o objetivo de incentivar as pessoas a cumprirem os critérios necessários para acessar o regime semiaberto com o equipamento de monitoração. No entanto, há relatos de pessoas que foram incluídas nos grupos nas unidades prisionais com a intenção de receberem

o equipamento, mas que foram removidas do grupo por descumprimento dos critérios. Por exemplo, um rapaz precisou ser retirado do grupo no dia da instalação do equipamento devido às denúncias de que estava consumindo drogas no ambiente de trabalho.

Nesse sentido, a abordagem nas unidades prisionais também visa incentivar os participantes a manterem a conformidade com os critérios e estarem aptos para o recebimento do equipamento.

Dada a necessidade de atendimento individualizado, a equipe conduz as sessões de forma a garantir o pleno entendimento dos processos. A Figura 2 ilustra um desses atendimentos individualizados.

Figura 2: Orientação individualizada com o interno



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

1.2 A instalação do equipamento

Na instalação do equipamento, tanto policiais penais quanto a equipe multidisciplinar que realizou o acompanhamento prévio reforçam as orientações de forma individualizada e em grupo. Além dessas orientações, é entregue um material impresso contendo informações essenciais que devem ser observadas pelos monitorados. Esse material inclui o endereço da central de monitoramento para possíveis procedimentos de manutenção do equipamento, bem como dados relevantes para a participação nos grupos após a instalação, incluindo datas, horários e locais dos encontros.

Figura 3: Instalação do equipamento de monitoração



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Nesta oportunidade, a equipe também realiza uma abordagem com os familiares, que geralmente aguardam o preso na saída da unidade prisional onde a instalação está sendo feita. Essa conversa com a família é importante para que eles também recebam informações sobre a monitoração eletrônica, proporcionando o suporte necessário e facilitando o bom cumprimento da medida.

Para essa conversa, a equipe multidisciplinar se dirige à área externa da unidade prisional e realiza uma espécie de palestra. Durante essa palestra, são fornecidas orientações sobre o cotidiano com o equipamento, e, após a explanação, a equipe atende às demandas individuais dos familiares.

Essa conversa com os familiares é conduzida de forma respeitosa e com linguagem acessível, visando mitigar um dos impactos da prisão apontado pelo Conselho Nacional de Justiça na Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas (Brasil, 2020), que é a fragilização das relações familiares e comunitárias. A Política denuncia que os familiares, ao longo da história, têm sido desrespeitados, deslegitimados e, muitas vezes, tratados com humilhação nos seus esforços de visitar e acompanhar o cumprimento da pena. Essa tratativa, somada aos desafios da mobilidade urbana e acesso às unidades prisionais, contribui para o desestímulo dos familiares em oferecer o apoio da visita durante o cumprimento da medida (Lefebvre, 2001).

Além disso, nos grupos que acontecem após a instalação do equipamento, são abordadas temáticas que promovem a reflexão sobre as relações familiares, contribuindo para o processo de reintegração ao cotidiano familiar e comunitário.

1.3 As reuniões após a instalação dos equipamentos

Como parte dos processos adotados pelo projeto, são realizadas três reuniões semanais após a instalação do equipamento de monitoração. Posteriormente, ao longo de todo o cumprimento da medida, os monitorados podem acessar atendimentos individuais da equipe psicossocial conforme demanda.

Cada reunião dos grupos tem duração aproximada de três horas e ocorre no espaço do atendimento psicossocial da Gerência de Alternativas Penais e Monitoração, onde também são realizadas as manutenções dos equipamentos.

Para fins de representatividade e delimitação do corpus, este relato de experiência aborda oito encontros realizados com as turmas 10 e 11 do projeto, ocorridos entre os meses de outubro de 2023 e janeiro de 2024. O Quadro 1 apresenta o quantitativo de participantes nos encontros.

Quadro 1: Quantidade de participantes nas reuniões

Encontros	Quantidade de pessoas monitoradas que deveriam participar	Quantidade de pessoas monitoradas que participaram
Encontro 1 – Turma 10	22	22
Encontro 2 – Turma 10	22	22
Encontro 3 – Turma 10	22	22
Encontro 4 ³ – Turma 10	4	4
Encontro 1 – Turma 11	60	53
Encontro 2 – Turma 11	60	9
Encontro 3 – Turma 11	60	50
Encontro 4 – Turma 11	5	5

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Durante a realização dos grupos, com a relação às ausências: uma delas ocorreu porque o monitorado precisou de um atendimento odontológico emergencial, outro desligou o equipamento de monitoração por conta própria, enquanto as demais ausências não foram justificadas. Todas as ausências foram comunicadas ao magistrado responsável, para que fossem julgadas.

Quanto às metodologias adotadas nos encontros, houve um esforço em promover a vinculação entre os monitorados e a equipe multidisciplinar utilizando técnicas baseadas na não vigilância, com foco na construção da autonomia e responsabilização.

No encontro 01, as atividades foram focadas nos sentimentos que os monitorados desejavam cultivar em suas vidas, bem como precisavam ser trabalhados. Para essa atividade, utilizou-se uma folha impressa com a imagem de uma capa de livro, na qual os participantes foram convidados a escrever um título para suas histórias e a colorir os sentimentos que desejam manter.

³ O projeto foi originalmente planejado para três encontros, mas foi necessária a inclusão de um quarto, destinado aos monitorados residentes no interior do estado.

Nas turmas anteriores, os monitorados eram convidados a separar os sentimentos que desejam manter daqueles que queriam descartar. O descarte era feito simbolicamente: os monitorados amassavam os papéis com os sentimentos indesejados e os jogavam em uma lixeira.

A utilização desta atividade foi revista, com base na compreensão, fundamentada em Freud (2010), de que os sentimentos não devem ser descartados, mas trabalhados e controlados com ajuda profissional. A ideia de descarte total é uma ilusão e pode gerar frustração.

Figura 4: Atividade Capa do Livro



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

No encontro 02, os monitorados foram convidados a participar de jogos com o objetivo de desenvolver aptidões e repertório para se aproximarem dos filhos, além de auxiliar no manejo de possíveis casos de ansiedade, uma vez que os jogos favorecem a concentração no presente.

Além dos jogos, os monitorados foram incentivados a contemplar imagens cotidianas e fotografias de momentos marcantes de interação familiar, como a cerimônia de casamento, utilizando essa estratégia para lidar com pensamentos ansiosos.

Tanto os jogos quanto a contemplação de imagens são fundamentados pela importância do cultivo da atenção plena, conforme defendido por Hanh (2018), que propõe técnicas para a reconexão entre corpo e mente, permitindo o autocontrole necessário para alcançar bons resultados.

Figura 5: Imagens Disparadoras de Reflexões



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A proposta de inserção desses jogos surgiu da escuta atenta e qualificada das demandas dos monitorados em relação ao tempo que passam com seus familiares, especialmente com as crianças. Nesse sentido, a equipe sugeriu que os monitorados, divididos em grupos, jogassem entre si jogos infantis como Jenga, Quebra-Cabeças, Pula-Pirata, Jogo da Memória, entre outros.

De acordo com Barbosa e Campos (2021), o teatrólogo Augusto Boal apresenta os jogos e a linguagem teatral como ferramentas de libertação coletiva. Na medida em que os monitorados se concentravam nos jogos propostos, estreitavam seus vínculos e encontraram na linguagem corporal uma oportunidade para expressar tanto suas individualidades quanto o coletivo.

Os monitorados também foram incentivados a apresentar aos seus filhos as brincadeiras que faziam na infância, além de aprender as brincadeiras deles. Com essa proposta, a equipe buscou fornecer estratégias para fortalecer o vínculo entre pais e filhos, o que é fundamental para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento familiar e comunitário (Siqueira, 2012).

Figura 6: Atividade de contemplação de imagens



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Figura 7: Montagem de quebra-cabeças



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O encontro 03 teve início com a dinâmica do barbante, em que este é lançado entre os participantes. Ao receber uma ponta, o participante dizia seu nome e sua cor preferida, enquanto o grupo destaca as qualidades daquele indivíduo.

Por exemplo, um monitorado lança o barbante para outro, que o pega e, enquanto segura, compartilha seu nome e sua cor preferida. Após essa apresentação, o grupo, que convive com essa pessoa tanto nos encontros quanto, em muitos casos, nas unidades prisionais, fala sobre as qualidades dessas pessoas.

As qualidades que mais expressaram foram: companheiro, amigo, alegre, pessoa que colocava o restante “para cima”, trabalhador, conselheiro, orientador, entre outras.

A atividade foi desenvolvida com o objetivo de ajudar na reconstrução da autoestima. Este trabalho com a autoimagem com pessoas monitoradas no Brasil é fundamental, pois, conforme Monteiro e Cardoso (2013), a população carcerária brasileira é majoritariamente composta por pessoas pretas e pardas.

Compreender que o público-alvo da política pública penal é, em sua maioria, formado por pessoas negras é um convite ético e político para que os profissionais adotem uma perspectiva antirracista e compreendam as estruturas sociais racistas e como elas foram historicamente construídas.

O sociólogo Costa (2016) utiliza as contribuições do psicanalista e revolucionário negro Frantz Fanon (2008) para compreender como as pessoas racializadas se percebem enquanto negras. Segundo ele, Fanon aponta que:

(...) o colonialismo, mediante o racismo, produz uma divisão maniqueísta do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser. Argumenta que os sujeitos coloniais, em geral, e os negros, em particular, habitam a zona do não-ser e, por isso, são invisibilizados pelo olhar imperial. Diante disto, restará ao negro tornar visível sua existência por meio da afirmação de sua identidade e de seu corpo. Concluímos que a afirmação do corpo permite a elaboração do conhecimento a partir de uma localização particular, assim como permite reinventar um projeto político humanista (Costa, 2016, p.504).

Propor um espaço em que as pessoas negras possam compartilhar as admirações que nutrem umas pelas outras constitui um passo revolucionário dentro da caminhada antirracista necessária no sistema penitenciário brasileiro. Considera-se que essa dinâmica proporcionou oportunidades para refletir sobre a estrutura racista e contribuiu para a criação de brechas na complexa estrutura racial em que estamos imersos.

Avalia-se o impacto positivo na transformação das subjetividades, uma vez que, por meio dessa dinâmica, os monitorados puderam expressar em alto e bom som a admiração que sentiam uns pelos outros. Essa expressão, historicamente suprimida pelo patriarcado, especialmente entre homens, permitiu que, nos grupos compostos majoritariamente por homens negros, as pessoas pudessem manifestar suas admirações mútuas sem repressão e sem serem envoltas por conotações eróticas (Hooks, 2023).

Além disso, essa dinâmica materializou, no último encontro, a rede de vínculos construída ao longo dos encontros. Os monitorados perceberam, de maneira concreta, o vínculo criado tanto com a equipe quanto entre eles mesmos.

Júnior *et. al* (2008) destacam que o vínculo com os usuários dos serviços públicos amplia a eficácia das ações e favorece a participação ativa dos usuários durante a prestação do serviço. Esse espaço deve ser utilizado para a construção de sujeitos autônomos, tanto profissionais quanto usuários, pois não há construção de vínculo sem que o usuário seja reconhecido na condição de sujeito que fala, julga e deseja.

Figura 8: Aplicação da dinâmica do barbante



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

No encontro 03, os monitorados também escreveram, em um pedaço de papel em formato de maçã, as metas que pretendiam alcançar em suas vidas pessoais. Em um processo de abstração, essas metas são denominadas de frutos que desejam colher em suas vidas. Por exemplo, se um monitorado expressa que deseja fazer uma graduação em Educação Física, ele é convidado a escrever no seu papel o termo “graduação em Educação Física”.

Após essa reflexão sobre as metas, foram convidados a refletir e registrar, em outro papel, os caminhos que podem seguir para alcançar esses objetivos. Esses caminhos foram escritos em um papel em formato de raiz, onde também anotavam os compromissos que precisam firmar para atingir suas metas.

Figura 9: Material da dinâmica: Frutos para o Futuro



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias propostas pelos profissionais da equipe multidisciplinar no contexto dos grupos de pessoas monitoradas inseridas no Projeto Liberdade Restaurativa promoveram mudanças nas subjetividades, na cultura e nas autorreflexões pessoais, profissionais e de grupo. Essas transformações contribuíram para uma maior adesão ao grupo e para uma melhor execução da pena sob monitoração eletrônica.

Utilizando as atividades ideadas para o projeto, buscou-se superar posturas profissionais controladoras e punitivistas em relação ao público-alvo, estabelecendo relações em que, apesar das dinâmicas de poder envolvidas, os monitorados se sentissem confortáveis para expor suas opiniões e sentimentos. Eles também se sentiram à vontade para criar conexões interpessoais fundamentais para a (re)construção de vínculos comunitários necessários à superação das violências que culminaram em seu encarceramento.

As abordagens também contribuíram para a reestruturação das relações, promovendo uma cultura de paz com base na responsabilização pautada pela dignidade, autonomia e liberdade.

Oferecer às pessoas privadas de liberdade sob monitoração eletrônica um espaço de fala, reflexão, escuta qualificada e acolhedora, que conduz à auto responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade, configurou-se como experiência potente e potencializadora.

Compartilhar com as pessoas monitoradas técnicas da justiça restaurativa, comunicação não violenta, atenção plena, meditação e do teatro do oprimido constitui um processo de socialização de saberes. Esses conhecimentos, forjados justamente no seio das classes trabalhadoras, mas que foram historicamente alienados e negados a elas (Marx, 2013).

Em outras palavras, observa-se que as classes privilegiadas têm acesso a diversas estratégias para lidar com seus conflitos individuais, familiares e comunitários: medicamentos psicotrópicos, lazer, técnicas de meditação e espaços de constituição de suas subjetividades. Por outro lado, as classes pauperizadas, especialmente a juventude, dispõem de poucas alternativas para enfrentar essas mesmas pressões, uma vez que, devido à disposição das cidades, o acesso ao lazer é restrito para as periferias, assim como o acesso aos demais dispositivos das cidades: empregos e outros (Lefebvre, 2001).

Nos grupos do projeto Liberdade Restaurativa, ao aprenderem técnicas de respiração, contemplação de imagens, diálogo por meio da comunicação não violenta e expressão de si em grupo, as pessoas monitoradas tiveram a oportunidade de acessar tecnologias sociais e pessoais importantes. Isso as ajudou a ter repertório para lidar com os conflitos pessoais, familiares e

comunitários sem recorrer à perpetuação das violências que elevam as taxas de criminalidade do país.

Por fim, as técnicas de comunicação não violenta desenvolvidas por Rosenberg (2006) são amplamente reconhecidas como eficazes na superação de conflitos no âmbito pessoal, familiar, comunitário, nacional e global. Há relatos de resolução de conflitos significativos por meio da aplicação dessas técnicas, e foi uma grande satisfação pessoal e profissional poder compartilhá-las com os monitorados das turmas 10 e 11 do projeto Liberdade Restaurativa, uma vez que, essas técnicas aliadas às outras aqui relatadas contribuíram efetivamente para a superação de diversas violências no cotidiano da vida desses monitorados.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Audrey Cristina; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. **Augusto Boal: A linguagem teatral como ferramenta de libertação coletiva**. São Paulo: Rebento, n. 14, p.11-27, 2021. Disponível em: < <https://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/629>>, acesso em: 28 fev. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penal**: 2020. Disponível em:< <https://abrir.link/avMnD>>, acesso em: 27 fev.2024.
- COSTA, Joaze Bernadino. **A prece de Frantz Fanon**: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! Civitas. Porto Alegre, v.16, n.3, p. 504-521, jul./set, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/Gy3hNTtTpgyKWttsz4L674C/?format=pdf&lang=pt>>, acesso em: 28 fev. 2024.
- DAVIS, Ângela. **Estão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. In P. C. de Souza (Trad.). Obras completas (Vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HANH, Thich Nhat. **O milagre da atenção plena**: uma introdução à prática da meditação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2023.
- JÚNIOR, Abraão José Franco; CONRADO, Mariela de Oliveira Montanher; ANDRADE, Denise Emília de; MIOTO, Daniela Elisa. A importância do vínculo entre equipe e usuário para o profissional da saúde. **Revista Investigação**, Franca, v. 8, n. 1-3, p. 11-18, jan./dez. 2008. Disponível em:< <https://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/60>>, acesso em: 28 fev. 2024.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, Campinas, v.13, n.1, p.93-117, 2023. Disponível em:< <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/12592>>, acesso em: 28 fev. 2024.

PIMENTA, Izabella Lacerda. **Nem Benefício, Nem Regalia**: práticas e arbitrariedades nos serviços de monitoração eletrônica de pessoas no Brasil. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Editora Agora, 2006.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29(3), p. 437-444, jul./set. 2012. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/fFgRjFy96wm39yf4kMfdMTF/?lang=pt>>, acesso em: 28 fev. 2024.